

INTEGRAÇÃO REGIONAL: RAÍZES HISTÓRICAS DOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO AMERICANOS

Lucas O. Reis Balthazar Cardiano

RESUMO

Apesar de crescente importância nos dias atuais, especialmente com o Mercosul, UNASUL e NAFTA, o desejo de união e integração entre países americanos tem raízes muito mais antigas e profundas, datando das independências ibero-americanas e brasileira. Buscava-se a construção de um Novo Continente, distinto do Europeu, tendo as Conferências Pan-Americanas do Século XIX como o maior expoente deste novo anseio. Distingue-se claramente dois momentos: o primeiro, em que esta Integração era marcada por uma pauta de integração política e regional, tendo foco na América Latina (especialmente nas Repúblicas) durante o começo do Século XIX. No segundo, havia uma perspectiva voltada ao comércio internacional, capitaneada pelos Estados Unidos e que se fortaleceu no fim deste século com as Conferências Pan-Americanas. Através dos choques entre essas distintas construções identitárias e seus projetos, analisa-se as semelhanças e diferenças entre esta perspectiva “latino-americanista” para a “monroísta”, compreendendo as diferentes formas em que ambas se refletiram no âmbito internacional,

suas respectivas concretizações, falhas e seus impactos para o continente no século XXI e os atuais processos de integração regional.

Palavras-chave: Integração Regional. América. História

ABSTRACT

Despite the growing importance nowadays, especially with the development of MERCOSUL, UNASUL and NAFTA, the wish of union and integration between american countries has roots a lot more ancient and deeper, dating from the ibero-american and brazilian's independence. It sought the construction of a New Continent, distinct from the european, with the Americanist Conferences of the XIX Century as the biggest exponent of this new aspiration. It's clearly distinguished two moments: In the first moment, this integration was marked by an agenda of political and regional integration, focusing on Latin America (especially in the Republics) during the beginning of the XIX Century. In the second one, it was a perspective focused on international trade, led by the United States and strengthened by

the end of this century with the Pan American Conferences. Through shocks between these two identity constructions and their projects, it is analyzed the similarities and differences between this “latin-americanist” perspective and the “monroist”, comprehending the different ways in which both reflect internationally, their respective concretizations, failures and impacts on the continent in XXI century and in the current processes of regional integration.

Key words: Regional Integration. America. History

INTRODUÇÃO

No início do século XIX, diversas iniciativas foram tomadas pelas repúblicas hispano-americanas para alcançar uma maior união e integração entre as mesmas. O projeto de Simón Bolívar, ícone da Guerra de Independência da América Espanhola, se constituía no ambicioso “Congresso do Panamá”, onde representantes de inúmeros países latino-americanos se reuniram para debater acerca de uma possível união ou confederação entre estes países (entre outros princípios recorrentes na retórica dos Congressos). Ao longo do século, houveram diversas tentativas de integração que acabaram falhando ou por pouca adesão ou por falhas nas ratificações dos tratados nos países participantes. Este panorama de pouco resultado se alteraria no fim do século com os Estados Unidos tomando a dianteira e convocando a Conferência de Washington, a primeira das Conferências Pan-Americanas, que traria um grande rompimento com os projetos anteriores: ao invés de uma identidade latino-americana e uma união política, defendia uma união econômica que permitiria aos

EUA uma clara preponderância na América. O embate entre essas duas correntes existe e impacta até os dias de hoje, como no caso da ALCA, e é de extrema importância um conhecimento histórico e teórico acerca desses processos de integração, visto que só podemos entender os sucessos e dificuldades de projetos como o MERCOSUL se compreendermos as raízes históricas que possibilitaram seu desenvolvimento e crescimento.

AS TENTATIVAS E PROJETOS DE INTEGRAÇÃO

“No dia 7 de dezembro de 1824, dois dias antes da batalha definitiva pela independência hispano-americana, o libertador Simón Bolívar convocava o Congresso anfitriônico do Panamá” (DE LA REZA, 2015, p. 111). Esta iniciativa é extremamente marcante pois, como já apresentado, marca o início de uma série de encontros e Congressos que defendiam um projeto novo e revolucionário de integração e união da América Latina (com pouca importância ao Brasil). Este encontro será marcado por alguns princípios centrais, como a proposta de união ou confederação entre Estados americanos, a necessidade de um órgão central de coordenação, a importância dada ao princípio de solução pacífica de controvérsias e o princípio da defesa coletiva contra agressões externas (tanto europeias quanto ameaças provindas da própria América: Brasil e Estados Unidos). Estes pontos seriam “o norte” de todas as Conferências de convocação hispano-americana ao longo do século, mais especificamente até a década de 1880. (SANTOS, 2004). Participaram do Congresso: México, Federação Centro Americana (atuais Repúblicas da Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica), Grã-Colômbia

bia (Colômbia, Venezuela e Equador) e Peru (que neste momento incluía a Bolívia).

Apesar de grande importância histórica, este Congresso e seus tratados não foram ratificados, encontrando pouco apoio interno nos países signatários. Ressalta-se que uma das falhas do Congresso foi a falta de países extremamente importantes: como as Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina e Paraguai), Brasil (que durante este período incorporava o Uruguai como “Província Cisplatina”), Chile e Estados Unidos da América.

Antes de analisar de forma específica cada um destes encontros, é importante ressaltar três correntes de pensamento que, ligadas ao Bolivarianismo, se distinguiram em suas iniciativas confederadas: a primeira, elaborada por Silvestre Pinheiro Ferreira (relacionada ao conceito luso-brasileiro de independência), a segunda, elaborada por José Cecílio del Valle em 1822 (inspirada na América Espanhola) e a terceira, dirigida por Lucas Alamán durante a década de 1830 (conhecida pelo “Pacto da Família) e que teve grande influência no desenvolvimento do que veio a ser o Congresso de Lima. (DE LA REZA, 2015).

O segundo importante encontro foi o Primeiro Congresso de Lima (1847-1848) que, de longa gestação, tinha como motivação original a tentativa mexicana de buscar apoio contra o expansionismo norte americano (SANTOS, 2004), reforçando a questão de que além da união contra agressões europeias (de reconquista), os países latino-americanos também deveriam se defender do expansionismo norte-americano e, possivelmente, brasileiro: países pouco confiáveis na visão dos gestores do Congresso. Após muitos anos, e após a liderança do congresso passar para a liderança peruana, “o congresso latino-americano seguinte realizou-se entre 11 de dezembro de 1847 e 1 de março de 1848, em Lima,

a capital do Peru.” (DE LA REZA, 2015, pp. 139). Este Congresso esteve focado em um apoio mútuo das Repúblicas do Pacífico Sul-Americano, atraindo inclusive a atenção do Brasil pela possibilidade de discussão acerca de questões territoriais com os EUA.

Este foi um Congresso convocado para conter a hostilidade de potências europeias, tendo convidado Bolívia, Chile, Equador, Nova Granada, Venezuela, Províncias Unidas do Rio da Prata, Estados Unidos, América Central, México e Brasil (DE LA REZA, 2015). Entretanto, os únicos que nomearam delegados foram Bolívia, Chile, Equador, Nova Granada e Peru e, apesar de na última conferência os delegados terem assinado diversos acordos, este se encerrou de forma semelhante ao Congresso do Panamá, com pouca ratificação e apoio dentro dos países participantes. (SANTOS, 2004).

“Algum tempo depois, ainda conservando o ascendente que tinha lhe dado esse papel no Congresso de 1847, a Chancelaria peruana retomou a tarefa de impulsionar a confederação” (DE LA REZA, 2015, p. 140). Finalmente, em 1864-1865, ocorreu o Segundo Congresso de Lima (1864-1865), que segundo Santos (2004) se tratava de uma reação frente à guerra entre a Espanha e a Quádrupla Aliança, sem a presença dos EUA. Este é considerado por DE LA REZA (2015) como o quarto e último Congresso Latino-Americano, dando lugar a uma grande apatia e falta de esperança frente a futuros novos projetos. Foi um período extremamente caótico para a América Latina e, durante os trabalhos do mesmo, “o México sofreu a ocupação da França, a ilha de Santo Domingo foi invadida pela Espanha e Peru entrou em Guerra com este último para repelir a ocupação da Ilha de Chincha” (DE LA REZA, 2015, pp.

140). Foram assinados diversos tratados que, mais uma vez, não lidavam com nada além dos princípios básicos dos congressos latino-americanos, também não sendo ratificados.

Após estes encontros, tido como fracassos, tem-se um novo período no interamericanismo:

Depois do segundo Congresso de Lima, as iniciativas latino-americanas perderam a sua lógica anfitriônica e se concentraram na promoção da arbitragem internacional. Esse objetivo caracterizou os congressos jurisprudentes de 1877 a 1887, alguns deles envolvendo dezenas de sessões de trabalhos. (DE LA REZA, 2015, PP. 141).

AS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS E A MUDANÇA DE PERSPECTIVA

O insucesso destas primeiras Conferências abriu espaço para outro projeto de integração, levado adiante pelas conferências capitaneadas pelos Estados Unidos. As chamadas “Conferências Pan Americanas” tiveram seu ponto de partida em 1889, quando diversos delegados (inclusive brasileiros) assinaram uma série de acordos em que adotavam a arbitragem como “princípio da lei internacional americana”. Apesar de, como ocorrido em todas as conferências anteriores, os tratados não terem sido ratificados, esta conferência é de extrema importância para entendermos os próximos avanços norte-americanos acerca de integração continental. (DE LA REZA, 2015).

A política pan-americanista e suas Conferências, empreendidas e formuladas pelos americanos, tinha seu foco as questões econômicas, deixando à margem o tom político que norteou os encontros latino-americanos anteriores. Os Estados Unidos procuravam mercado e enfrentavam

ferrenha concorrência europeia, especialmente inglesa, e desenvolveram e fortaleceram esses ideais americanos como forma de confrontar estes concorrentes. Esta interpretação é confirmada pela forma com que, apesar das Conferências pregarem a paz e a harmonia entre as nações do continente, houve diversas anexações e intervenções dos próprios Estados Unidos. (DULCI, 2008).

Sob a bandeira do pan-americanismo, a Conferência de Washington conjugou objetivos políticos e econômicos. Ademais do já tradicional tema da mediação como forma de resolução dos conflitos entre países americanos, a iniciativa estadunidense propunha, em uma antecipação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o estabelecimento de uma união aduaneira entre os países americanos. (SANTOS, 2004, pp. 143)

O pan-americanismo, que se manifestava nestas Conferências, ganhava cada vez mais força e importância nas Américas. Neste período de efervescência ideológica, se estabeleceram de forma clara dois discursos identitários distintos: o pan-americano, discurso oficial das conferências e instigado pelos delegados americanos, e o latino-americano, desenvolvido como resposta aos norte-americanos e que tinha nos delegados Argentinos os seus maiores defensores. (DULCI, 2008). Neste cenário, o Brasil tentava defender a neutralidade enquanto mantinha a sua busca por influência e poder regional.

Os Estados Unidos também faziam diversas campanhas para angariar prestígio e desfazer temores acerca de seus interesses. “Reutilizando as ideias de Bolívar, na década de 1880, a respeito da união dos países americanos, os EUA fizeram ressurgir a Doutrina de Monroe (...) e passou a justificar o papel hegemônico dos EUA sobre as outras partes

do continente” (DULCI, 2008, p.39). Ressalta-se que, além destes meios e da cooperação intelectual, outro importante instrumento criado pelas Conferências para legitimar um passado comum foi o estabelecimento da União Pan-Americana, responsável pela coleta e divulgação de informações sobre o continente (DULCI, 2008) e que, em 1948 na cidade de Bogotá, se tornaria a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Entretanto, apesar destas tentativas, o ideal pan-americano não era hegemônico e enfrentou grande oposição. A Argentina se destacou desde a primeira conferência, com seu delegado Roque Sáenz Peña, pela defesa de uma “América para a humanidade” ao invés de uma “América para os americanos”. Desta forma, temos como este discurso latino-americano se desenvolveu como um meio de contestar e frear os avanços norte-americanos sobre as Américas, tendo os receios e medidas dos países latino americanos impedido o ponto mais importante do pan-americanismo: União Aduaneira (Comercial).

Nem dentro do próprio Brasil, país que tendia a defesa dos Estados Unidos, esta posição era completamente dominante: apesar de apoio de intelectuais como Joaquim Nabuco, havia muitos que, como Oliveira Lima, defendiam uma mudança de postura brasileira para se aproximar dos outros países latinos, apesar do distanciamento brasileiro da “identidade latino-americana”, tanto pela língua quanto pela disputa por hegemonia com a Argentina. (DULCI, 2008).

Apesar desta resistência já apresentada, as Conferências Pan-Americanas podem ser entendidas como “expressão da hegemonia dos Estados Unidos sobre o restante da América, principalmente: na deliberação das pautas das Conferências, privilegiando os seus interesses (...) e fazendo valer seu

poderio econômico para forçar o estabelecimento de sua agenda de política externa para as Américas” (DULCI, 2008, pp. 38).

CONCLUSÃO

Com este artigo, procurou-se reforçar a importância das raízes históricas da integração interamericana para uma mais complexa interpretação dos distintos discursos acerca da mesma, existentes até hoje. Entendendo a formação do pan-americanismo e do latino-americanismo, pode-se analisar de forma mais precisa iniciativas recentes, como o Mercosul, que segue a integração pelo viés econômico, a UNASUL, herdeira da questão identitária, e a própria Alca, já citada anteriormente.

Esta última é um exemplo fulcral deste argumento visto que, como apontado por Dulci (2008) e Santos (2004), a Alca já existia e era discutido por muitos países americanos desde o século XIX, sendo a “união aduaneira” um dos temas mais debatidos durante as Conferências Pan-Americanas. Apesar de um significado distinto do que compreendemos hoje em dia, devido ao seu espectro reduzido, é de extrema relevância compreender que esta proposta americana nasceu no fim do século XIX, encontrando grande resistência da delegação argentina e do discurso “América para a Humanidade” de Saenz Peña, e como “mais de cem anos depois, em dezembro de 1994, os Estados Unidos novamente tomaram a iniciativa de propor um ambicioso esquema de interação econômica extensivo a todo o continente” (SANTOS, 2004, pp. 145).

Com isso, entendemos e reforçamos como o pan-americanismo e as conferências pan-americanas “são percebidas como armas que foram utilizadas pelos Estados Unidos para controlar a América Latina durante os

anos da política do Big Stick” (DULCI, 2008, pp. 12). Outro exemplo de como os EUA se utilizaram dos discursos de integração para defender os seus próprios interesses pode ser encontrado, mais uma vez, na Alca: ao invés do conteúdo político discutido e debatido no século XIX, o viés econômico é o principal, sendo sustentado por um elemento político não de integração, identidade ou de defesa contra agressão externa, motivação de Conferências Latino-americanas, mas de “democracia”: base para a exclusão de Cuba da Alca, e não uma questão identitária.

REFERÊNCIAS

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

DE LA REZA, Germán A. de. **A Invenção da Paz: Da República Cristã do Duque de Sully à Federação das Nações de Simón Bolívar**. 4. ed. São Paulo: Humanitas, 2015.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.. **O Brasil entre a América e a Europa: O império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington)**. São Paulo: Unesp, 2004.